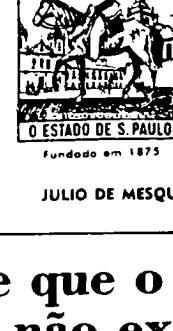


jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetano Álvares, 55, Tel.: 856-2122 (PABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Jose Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
Cesar Tacito Lopes Costa
Jose M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Outra prova de que o "bicho-papão" não existe

Foi um êxito o rápido péríodo do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, pela Europa e Estados Unidos, em busca do apoio do Fundo Monetário Internacional à pretensão do Brasil de conseguir, com os bancos credores, a prorrogação da data de vencimento — marcado para o próximo dia 31 — das linhas de crédito de curto prazo do País no Exterior — cerca de 16 bilhões de dólares.

Depois de pouco mais de duas horas de conversa com o diretor-geral do FMI, Jacques de Larosière, em Paris, o ministro Dornelles conseguiu que ele expedisse o telex recomendando a prorrogação pretendida pelo Brasil. E, tão logo o aval do FMI chegou a Nova York, Lemgruber pôde acertar com o comitê de bancos comerciais que trata da dívida externa brasileira uma nova carência de 140 dias — até meados de janeiro —, durante os quais o Brasil continuará pagando apenas os juros da dívida. A prorrogação foi muito melhor do que esperava o governo brasileiro: nossas autoridades pensavam, inicialmente, em 120 dias, mas estavam aguardando, efetivamente, acertar por 90 dias.

A rapidez com que Dornelles e Lemgruber se desincumbiram de suas missões comprova, mais uma vez, aquilo que já registramos várias vezes em nossos comentários: a extrema boa vontade do FMI e dos bancos credores para com o Brasil. O fantasma de um Fundo e de credores intransigentes, interessados em prejudicar o País e em mergulhar o Brasil numa profunda recessão de consequências sociais imprevisíveis, é, como mostram os fatos, apenas uma invenção de certos políticos comprometidos em transformar também o problema da dívida em mais um dado da guerra fria, ou em manter intocada a ditadura econômica que a Nova República herdou e preservou, impedindo que o governo se ajuste para que a nossa economia se ajuste.

Desde que a situação das nossas contas externas ficou insustentável e precisamos recorrer ao FMI, simplesmente para que a economia brasileira não afundasse de vez, já assinamos com o organismo internacional sete cartas de intenção. Não fomos capazes de cumprir nenhum dos compromissos assumidos nos documentos solenemente apresentados ao Fundo. Houve momentos mesmo em que as metas propostas à comunidade econômica internacional, como garantia para que ela continuasse financiando nossas necessidades, foram ultrapassadas antes até de o acordo ser oficialmente firmado. Enquanto o board do Fundo estudava o alcance e a factibilidade das metas, as autoridades brasileiras já estavam entrando com um pedido de perdão pelo não-cumprimento do proposto. E, no entanto, mesmo tratado com essa semi-cerimônia e essa desconsideração, o Fundo sempre relevou as faltas do governo brasileiro, aceitando novas propostas e garantindo, com seu aval, a prorrogação perante os outros credores dos créditos de curto prazo.

É bom lembrar àqueles que gostam de utilizar o Fundo Monetário Internacional com propósitos puramente ideológicos, demagógicos e eleitoreiros que os compromissos — até hoje nunca cumpridos — que o Brasil assume de organizar a sua economia, exterminando o déficit público e baixando a inflação, não são de interesse do FMI, mas necessidades vitais do próprio País. Todos nós sabemos que, com o governo gastando muito mais do que arrecada e socorrendo-se do mercado financeiro e da emissão de moedas para financiar este rombo — 36,5 trilhões de cruzeiros de janeiro até julho —, não há política de combate à inflação que dê certo. E, com a inflação nos níveis em que está há tanto tempo — o ministro Sayad já admite que ela chegará a 220% no final do ano —, é impossível manter um crescimento sustentado da economia e combater os desníveis sociais e de renda. O ordenamento das finanças públicas interessa diretamente a cada um de nós. Com ou sem FMI, o governo brasileiro está obrigado a encarar os fatos de frente, porque, todas as vezes em que deixa de cumprir as suas metas de austeridade, não é ao FMI, mas sim ao povo brasileiro, que ele está enganando. E o povo brasileiro já comece a tomar consciência disso...

Para mostrar que o bicho-papão só existe mesmo na frágil cabecinha dos nacionalistas de fancaria, é preciso não esquecer que os dirigentes do Fundo têm procurado alertar as nações desenvolvidas para os riscos de políticas protecionistas que cerceiam a capacidade exportadora dos devedores, e todos somos testemunhas de que as mais altas autoridades do Fundo têm feito insistentes pronunciamentos para mostrar que o déficit público do governo norte-americano contribui para a manutenção dos juros excessivamente altos nos empréstimos internacionais, apelando para que a distorção seja corrigida.

As demonstrações de condescendência e boa vontade do Fundo e dos credores, no entanto, não têm sido retribuídas por uma ação decidida do governo brasileiro. A desorganização financeira e monetária continua. O déficit público de agosto deverá chegar novamente aos 11 trilhões de cruzeiros, elevando o acumulado no ano a perto de 48 trilhões, muito próximo dos 54 trilhões que o governo pretende propor ao FMI como meta para todo o ano. Quer dizer, vamos pedir perdão novamente antes de acertar a conta.

Segundo um levantamento da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima), a dívida pública federal, expressa pelos títulos públicos em poder dos investidores, totalizava 137 trilhões e 19 bilhões de cruzeiros em julho último, com um crescimento de 175,22% no período de janeiro a julho e de 538,57% no período de 12 meses. Para cobrir o seu déficit até agora a Nova República buscou no mercado nada menos do que 28,5 trilhões de cruzeiros, dinheiro que deixou de ser aplicado em atividades produtivas pelas empresas privadas. A continuar nesse ritmo, a dívida pública interna, em termos reais (ou seja, descontada a inflação), dobrará em três anos e meio; e dentro de dois anos será superior à dívida externa.

O governo da Nova República, conforme denunciado pelo presidente da Andima, Carlos Brandão, está errando, para poder financiar seu déficit, as mais elevadas taxas de juros do mundo. E, de acordo com outra denúncia, esta de dirigentes do mercado financeiro, o Banco Central está forçando os bancos a comprar papéis públicos além dos limites legais (para os bancos comerciais, 30 vezes o seu patrimônio líquido, o que já foi ultrapassado pela grande maioria das instituições do setor).

Os números expostos são o retrato mais bem acabado da desorganização das finanças públicas. C

governo precisa tomar consciência de suas falhas, abandonar a atitude "machona" e, como se vê agora, descabida frente ao FMI e agir com determinação. A paciência da população brasileira não é ilimitada.